

Direito de Família representa 54% das causas da Defensoria Pública de SP

30/03/2024

**Reportagem publicada no Anuário da Justiça São Paulo 2024, lançado nesta segunda-feira (18/3). A versão digital é gratuita, acesse pelo site do Anuário da Justiça (clique aqui para ler). A versão impressa está à venda na Livraria ConJur (clique aqui).*

Um caso na área criminal colocou a Defensoria Pública de São Paulo em evidência em 2023. Trata-se da chamada “operação escudo”, promovida pela Polícia Militar do estado no Guarujá, logo após o assassinato de um homem da corporação por supostos traficantes. A operação, encerrou-se no início de setembro com o saldo estarrecedor de 28 mortos. Coube à Defensoria, entre outras instituições do Estado e da sociedade, cobrar das autoridades explicações para resultado tão macabro.

A Defensoria Pública acionou o Conselho Nacional de Direitos Humanos alegando tortura, uso excessivo da força, destruição de residências, assassinatos sumários e caracterizando a ação policial como “a chacina do Guarujá”. No dia 4 de setembro, em conjunto com a ONG Conectas Direitos Humanos, entrou com uma ação civil pública com pedido de tutela antecipada para que a Justiça obrigue o governo de São Paulo a instalar câmeras corporais nos policiais militares e civis que atuaram na tal operação escudo. No dia seguinte, o governo anunciou o fim da operação. A intervenção da Defensoria é mais que legítima: o alvo da operação, ademais de traficantes de droga, são pessoas em situação social e econômica de extrema vulnerabilidade, justamente a clientela preferencial da assistência judiciária estatal.

Outra frente de ação da Defensoria que toca fundo os direitos humanos e bordejia o crime é a questão da Cracolândia, o território m contingente de pessoas em droga no centro de São Pat Direitos Humanos (NCDH visitas a equipamentos que que faz uso de drogas. “En cenário demandam a orque multidisciplinares”, avalia comanda a Defensoria Púb

ESTRUTURA

	2022
Defensores Públicos	789
Servidores	935
Unidades	67
Cidades	44



Anuário da Justiça São Paulo foi lançado na semana passada

Embora os feitos na área criminal tenham o poder de atrair holofotes, a atuação da Defensoria, apesar de mais discreta, é bem mais intensa na área cível. As causas do Direito de Família e Sucessões, por exemplo, representam 54% dos atendimentos prestados pela instituição. As demais questões cíveis perfazem mais 19%, enquanto os casos relacionados à Fazenda Pública – que compreendem demandas contra o poder público – somam outros 3%. Casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja atuação se estende entre a esfera criminal e a cível, representam 3% do atendimento. A atuação criminal propriamente dita, nas varas singulares é 10% do trabalho, ao qual se somam mais 3% referente à execução penal.

A Defensoria não foge da judicialização, tanto que a apresentação de Habeas Corpus em 2022) e no Tribunal de 243 que foram protocolados como lembra Fiorentino, é interesses individuais dos coletivos. “Aqueles que afetam vulnerável”, afirma.

Antes que vire um processo, a Defensoria dá corpo a projetos e parce Qualificados. “O grupo me contribui com o desenvolvimento. Entre as teses vitoriosas, multiparentalidade, que garante o registro da criança, pelo TJ. A legislação é a que mulheres. medidas protetivas deferidas criminal contra o agressor”

A Defensoria conseguiu que os planos de saúde cobrissem pleno desenvolvimento de Uma parceria com a secretaria número de ações para fornecer aparelhos para pacientes. Na parceria que envolve o TJ-municipal.

A população carcerária tem Defensoria, que criou o Núcleo (Nesc), para promover a tutela internadas e egressas. “O monitoramento dos locais por meio de seus integrantes, juntamente com as respectivas Coordenações Auxiliares”, relata o defensor público-geral.

AÇÕES AJUIZADAS

	2022
Ações Cíveis Públicas	168
Ações Individuais	49.406
Manifestações Judiciais - Primeira instância	968.176
Manifestações Judiciais - Segunda instância	65.851

AÇÕES AJUIZADAS

	2022
Ações Cíveis Públicas	168
Ações Individuais	49.406
Manifestações Judiciais - Primeira instância	968.176
Manifestações Judiciais - Segunda instância	65.851

AÇÕES AJUIZADAS

	2022
Ações Cíveis Públicas	168
Ações Individuais	49.406
Manifestações Judiciais - Primeira instância	968.176
Manifestações Judiciais - Segunda instância	65.851

ESTRUTURA

	2022
Defensores Públicos	789
Servidores	935
Unidades	67
Cidades	44



Em relação à estrutura da DPE-SP, ter mais defensores disponíveis para atender à população se mantém um desafio. Em São Paulo, hoje, há 789 membros efetivos e 111 cargos já aprovados por lei, mas que aguardam nomeação. “Ainda que se considere a totalidade de cargos criados por lei, não seria atendida a necessidade atual”, afirma Fiorentino. Ele utiliza como base dados do Ministério da Justiça, que considera como ideal a conta de um defensor para cada 15 mil habitantes. Por essa conta, São Paulo deveria ter três mil defensores.

ANUÁRIO DA JUSTIÇA SÃO PAULO 2023 | 2024

13ª Edição

ISSN: 2179244-5

Número de páginas: 332

Versão impressa: R\$ 50, pré-venda na [Livreria ConJur](#)

Versão digital: disponível gratuitamente, a partir de 18 de março de 2024, no app “Anuário da Justiça” ou pelo site [anuario.conjur.com.br](#)

Anunciaram nesta edição:

Abreu Sampaio Advocacia
Adilson Macabu e Nelson Pinto Advocacia
Advocacia Rubens Ferreira e Vladimir Oliveira da Silveira
Antonio de Pádua Soubhie Nogueira Advocacia
Apamagis – Associação Paulista de Magistrados
Areosa, Martins, Tavares Advogados
Arruma Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
Bialski Advogados Associados
Bottini & Tamasauskas Advogados
Caselli Guimarães Advogados
Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados
D’Urso & Borges Advogados Associados
Décio Freire Advogados
Dias de Souza Advogados
Fernando José da Costa Advogados
Fidalgo Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados
Fux Advogados
Guimarães Bastos Advogados
Heleno Torres Advogados
Hesketh Advogados
JBS S.A.
Laspro Consultores
Leite, Tosto e Barros Advogados
Lemos Jorge Advogados Associados
Lollato, Lopes Rangel, Ribeiro Advogados
Machado Meyer Advogados
Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados
Martins, Franco e Teixeira Sociedade de Advogados
Mesquita Ribeiro Advogados
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Multiplan
Oliveira Alves Advogados
Oliveira Lima & Dall’Acqua Advogados
PX Ativos Judiciais
Pardo Advogados & Associados
PMA – Penna Marinho Advogados
Regis de Oliveira, Corigliano e Beneti Advogados Associados

AÇÕES AJUIZADAS

	2022
Ações Cíveis Públicas	168
Ações Individuais	49.406
Manifestações Judiciais - Primeira instância	968.176
Manifestações Judiciais - Segunda instância	65.851



RMS Advogados – Rocha, Marinho e Sales
Sergio Bermudes Advogados
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados
Tojal Renault Advogados
Warde Advogados
Zanetti e Paes de Barros Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-30/direito-de-familia-representa-54-das-causas-da-defensoria-publica-de-sp/>